

Simulado TJ-SP

Leia o texto 1, para responder às questões de números **01** a **11**.

Texto 1**O combate à Cracolândia**

A prefeitura de São Paulo realizou uma operação policial no domingo passado para dispersar usuários de drogas na Cracolândia, centro de São Paulo. A operação prendeu traficantes, mas acabou criando uma nova cracolândia a 400 metros da extinta.

Ela também resultou na saída de Patrícia Bezerra da Secretaria de Direitos Humanos, que entregou o cargo ao prefeito depois de a operação ser chamada de "desastrosa" por movimentos de esquerda.

Na terça-feira, Doria deu um novo passo neste embate e pediu autorização à Justiça para internar os dependentes de drogas à força. Hoje, só o Ministério Público e a Justiça podem autorizar a internação compulsória, após avaliação médica.

A ação civil citou, além de Varella, o psiquiatra Arthur Guerra e o psiquiatra Ronaldo Laranjeira. Os três rechaçaram a citação indevida de seus nomes e disseram que não foram procurados pela prefeitura em nenhum momento.

"Eu não disse que acho que se resolve a cracolândia com internação compulsória", disse Varella à Folha de S. Paulo.

"Se eu tivesse viajando. Mas todo mundo consegue falar comigo, então pergunta minha opinião. Não precisa pegar lá de 2013", disse Guerra, também à reportagem. E concluiu:

Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico. Pede autorização para o Ministério Público, isso já funciona assim e nunca teve problema dessa forma.

Na noite de ontem (26), o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Emílio Migliano Neto, atendeu o pedido de tutela antecipada e a prefeitura está autorizada a abordar usuários de drogas nas ruas e levá-los compulsoriamente para uma avaliação médica.

Com a decisão, os usuários de drogas poderão ser levados para um médico, mesmo sem seu consentimento. Se o médico avaliar que é necessária a internação compulsória, é preciso uma autorização judicial, procedimento que é adotado hoje.

Esta abordagem valerá por 30 dias e poderá ser aplicada na região da Cracolândia. Por nota enviada à Agência Brasil, a prefeitura disse que a decisão vai permitir "a abordagem individualizada dos dependentes químicos". "A prefeitura reitera que este é um instrumento a ser utilizado em última instância e com total respeito aos direitos humanos", disse a administração municipal.

O Ministério Público e a Defensoria Pública vão recorrer da decisão. Não há previsão de quando a abordagem será utilizada.

<http://www.huffpostbrasil.com>

01. É correto inferir do texto 1 que

- (A) Patrícia Bezerra faz parte de movimentos de esquerda e por isso pediu demissão.
- (B) o prefeito de São Paulo agiu com o consentimento dos médicos citados.
- (C) a internação compulsória é ponto pacífico entre as autoridades.
- (D) há divergências a respeito da internação compulsória em São Paulo.
- (E) é prerrogativa do prefeito realizar a internação compulsória.

Comentário: O texto nos indica que a internação compulsória não é ponto pacífico entre as autoridades, por isso tem causado divergências de opiniões. Assim, a alternativa (C) está errada e a (D) é a correta.

A alternativa (A) está errada, pois foi dito apenas que a entrega do cargo da Secretaria de Direitos Humanos por Patrícia Bezerra ocorreu depois de a operação ser chamada de "desastrosa" por movimentos de esquerda. No texto, não há qualquer afirmação literal ou subentendida de que ela faria parte de movimentos de esquerda.

A alternativa (B) está errada, porque o texto trata justamente de alguns médicos que reagiram à afirmação da prefeitura de que supostamente os médicos teriam consentido a ação compulsória.

A alternativa (E) está errada, pois no texto foi afirmado que, hoje, "só o Ministério Público e a Justiça podem autorizar a internação compulsória, após avaliação médica". Assim, não é prerrogativa do prefeito.

Gabarito: D

02. Leia o trecho a seguir:

Os três rechaçaram a citação indevida de seus nomes e disseram que não foram procurados pela prefeitura em nenhum momento.

A fim de manter o mesmo sentido, a coerência e a correção gramatical, as palavras sublinhadas podem ser substituídas por

- (A) realizaram; algum momento
- (B) resistiram; qualquer momento
- (C) rebateram; momento algum
- (D) recuperaram; momento nenhum
- (E) repeliram; algum momento

Comentário: Primeiro, devemos observar que "rechaçar" é o mesmo que repelir, rebater, opor resistência. Assim, eliminamos as alternativas (A) e (D).

A expressão "em nenhum momento" tem o sentido preservado com o pronome indefinido "algum" após o substantivo: "em momento algum". Assim, a alternativa (C) é a correta.

Gabarito: C

Leia o trecho abaixo, retirado do texto 1, para responder às questões 03 e 04.

A prefeitura de São Paulo realizou uma operação policial no domingo passado para dispersar usuários de drogas na Cracolândia, centro de São Paulo. A operação prendeu traficantes, mas acabou criando uma nova cracolândia a 400 metros da extinta.

Ela também resultou na saída de Patrícia Bezerra da Secretaria de Direitos Humanos, que entregou o cargo ao prefeito depois de a operação ser chamada de "desastrosa" por movimentos de esquerda.

03. Quanto aos elementos de coesão grifados acima, marque a alternativa correta.

- (A) A expressão grifada "uma operação policial" foi retomada por três outras expressões nesse trecho.
- (B) A palavra grifada "que" retoma "Secretaria de Direitos Humanos".
- (C) O sequenciador "depois de" tem valor adverbial de lugar.
- (D) O sequenciador "mas" tem valor concessivo.
- (E) O sequenciador "também" adiciona a entrega de um cargo à realização de uma operação da polícia.

Comentário: Como vemos em várias questões comentadas de nossa revisão para TJSP, esta é resolvida com muita atenção a cada palavra retomada e por eliminação das alternativas.

A alternativa (A) é a correta, pois a expressão "uma operação policial" foi retomada pelas seguintes expressões: "A operação", "Ela" e "a operação".

A alternativa (B) está errada, pois o pronome relativo "que" retoma "Patrícia Bezerra".

A alternativa (C) está errada, pois "depois de" tem valor adverbial de tempo.

A alternativa (D) está errada, pois "mas" tem valor coordenativo adversativo.

A alternativa (E) está errada, pois "também" adiciona a entrega de um cargo público a outras duas situações causadas pela operação, que são a prisão de traficantes e a criação de uma nova cracolândia a 400 metros da extinta.

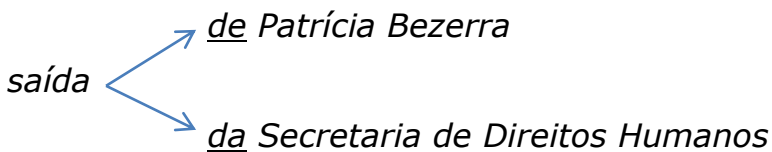
Gabarito: A

04. Levando em consideração as preposições grifadas na frase “*Ela também resultou na saída de Patrícia Bezerra da Secretaria de Direitos Humanos, que entregou o cargo ao prefeito depois de a operação ser chamada de “desastrosa” por movimentos de esquerda.*”, marque a alternativa correta.

- (A) As ocorrências da preposição “de” são resultado de regência verbal.
- (B) A primeira ocorrência da preposição “de” e a contração “da” ligam-se ao mesmo vocábulo.
- (C) Deve haver a contração “da” em “depois de a operação”, ficando assim: **depois da operação...**
- (D) A primeira ocorrência da preposição “de” e a contração “da” ligam-se a vocábulos diferentes.
- (E) As duas últimas ocorrências da preposição “de” ligam-se ao mesmo vocábulo.

Comentário: A alternativa (A) está errada, pois nem todas as preposições grifadas foram exigidas por verbo. Apenas a quarta ocorrência da preposição grifada apresenta regência verbal por conta da locução verbal da voz passiva “*ser chamada*”.

A alternativa (B) é a correta, pois o substantivo “saída” é seguido de dois termos preposicionados por ele exigidos:



A alternativa (C) está errada, pois o sujeito não deve ser precedido de preposição, por isso não cabe a contração “da”. Note que a preposição “de” faz parte da locução prepositiva “depois de” e não do sujeito “a operação”.

A alternativa (D) está errada, pois a resposta da alternativa (B) a anula.

A alternativa (E) está errada, pois “de ‘desastrosa’” foi exigido por “ser chamada” e “de esquerda” liga-se a “movimentos”.

Gabarito: B

05. Marque a alternativa cuja concordância esteja correta.

- (A) O Ministério Público e a Defensoria Pública vai recorrer da decisão.
- (B) Vai recorrer da decisão o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- (C) O Ministério Público, com a Defensoria Pública, vão recorrer da decisão.
- (D) O Ministério Público bem como a Defensoria Pública vai recorrer da decisão.
- (E) O Ministério Público, juntamente com a Defensoria Pública, vão recorrer da decisão.

Comentário: Vemos no curso de revisão para o TJSP várias questões de concordância verbal. Basicamente cada prova cobra uma questão, por isso é sempre bom revisar. Isso você confirma também em nosso curso de provas comentadas do TJ SP.

A alternativa (A) está errada, pois o sujeito composto anteposto força o verbo ao plural. Veja a correção:

*O Ministério Público e a Defensoria Pública **vão** recorrer da decisão.*

A alternativa (B) é a correta, pois o sujeito composto posposto permite a concordância com o primeiro dos núcleos ou com a totalidade.

A alternativa (C) está errada, pois não há sujeito composto, apenas o sujeito determinado simples "O Ministério Público". Note que o termo "com a Defensoria Pública" está entre vírgulas por ser o adjunto adverbial de companhia. Assim, o verbo deve se flexionar no singular. Veja a correção:

*O Ministério Público, com a Defensoria Pública, **vai** recorrer da decisão.*

A alternativa (D) está errada, pois o sujeito composto anteposto força o verbo ao plural. Veja a correção:

*O Ministério Público bem como a Defensoria Pública **vão** recorrer da decisão.*

A alternativa (E) está errada, pois não há sujeito composto, apenas o sujeito determinado simples "O Ministério Público", e o termo "juntamente com a Defensoria Pública" está entre vírgulas por ser o adjunto adverbial de companhia. Assim, o verbo deve se flexionar no singular. Veja a correção:

*O Ministério Público, juntamente com a Defensoria Pública, **vai** recorrer da decisão.*

Gabarito: B

06. Do trecho abaixo, marque a alternativa em que a preposição em destaque apresente valor semântico de lugar:

A prefeitura de São Paulo realizou uma operação policial no domingo passado para dispersar usuários de drogas na Cracolândia, centro de São Paulo. A operação prendeu traficantes, mas acabou criando uma nova cracolândia a 400 metros da extinta.

- (A) A prefeitura de São Paulo
- (B) no domingo passado
- (C) para dispersar usuários
- (D) usuários de drogas
- (E) na Cracolândia

Comentário: Na alternativa (A), a preposição "de" tem valor de posse.

Na alternativa (B), a preposição "em" tem valor de tempo.

Na alternativa (C), a preposição "para" tem valor de finalidade.

Na alternativa (D), a preposição “de” é relacional e é proveniente de regência nominal.

A alternativa (E) é a correta, pois a preposição “em” tem valor adverbial de lugar.

Gabarito: E

07. Marque a alternativa com o correto valor morfológico da palavra “se” abaixo:

"Eu não disse que acho que se resolve a cracolândia com internação compulsória", disse Varella à Folha de S. Paulo.

"Se eu tivesse viajando. Mas todo mundo consegue falar comigo, então pergunta minha opinião. Não precisa pegar lá de 2013", disse Guerra, também à reportagem.

- (A) conjunção condicional e conjunção integrante.
- (B) índice de indeterminação do sujeito e conjunção condicional
- (C) pronome apassivador e conjunção condicional
- (D) pronome reflexivo e conjunção condicional
- (E) pronome recíproco e conjunção integrante.

Comentário: O verbo “resolve” é transitivo direto, o pronome “se” é apassivador e a expressão “a cracolândia” é o sujeito paciente. Sempre que houver dúvida, podemos passar a voz passiva sintética à analítica da seguinte forma:

*Eu não disse que acho que a cracolândia não **é resolvida** com internação...*

A segunda ocorrência é uma conjunção condicional, e uma forma de termos certeza disso é com a troca pela conjunção de mesmo valor semântico “caso”:

Caso eu tivesse viajando.

Assim, a alternativa (C) é a correta.

Gabarito: C

08. Leia as frases abaixo, retiradas do texto 1, e marque a alternativa correta a respeito dos valores sintáticos e semânticos dos termos grifados:

Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico.

Pede autorização para o Ministério Público, isso já funciona assim e nunca teve problema dessa forma.

Na noite de ontem (26), o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Emílio Migliano Neto, atendeu o pedido de tutela antecipado e a prefeitura está autorizada a abordar usuários de drogas nas ruas e levá-los compulsoriamente para uma avaliação médica.

- (A) As quatro expressões são adjuntos adverbiais de modo.
- (B) A expressão "dessa forma" é um adjunto adnominal.
- (C) O vocábulo "francamente" tem valor adverbial de afirmação.
- (D) O vocábulo "assim" é um conectivo conclusivo.
- (E) As quatro expressões são adjuntos adverbiais de intensidade.

Comentário: Os vocábulos "francamente", "assim" e "compulsoriamente" são advérbios de modo, portanto são adjuntos adverbiais de modo. Porém, a expressão "dessa forma" caracteriza um substantivo ("problema"), papel que não cabe a um advérbio, mas a um adjetivo ou locução adjetiva. Assim, a expressão "dessa forma" é um adjunto adnominal que caracteriza o núcleo do objeto direto "problema".

Dessa forma, só cabe a alternativa (B) como a correta.

Gabarito: B

09. Com base na frase abaixo, marque a alternativa **incorreta**.

Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico.

- (A) O segmento "por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização" completa o sentido do verbo "entendo".
- (B) A expressão "por que" sinaliza que a frase é interrogativa indireta.
- (C) A expressão "têm que pedir" é uma locução verbal.
- (D) A palavra "se" é uma conjunção causal.
- (E) A conjunção alternativa "ou" tem valor de exclusão.

Comentário: A alternativa (A) está correta, porque o verbo "entendo" é transitivo direto e a oração "por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização" é subordinada substantiva objetiva direta, a qual completa o sentido do verbo a que se refere.

A alternativa (B) está correta, pois a expressão pronominal "por que" é interrogativa. Como a frase termina com ponto final, tal frase é interrogativa indireta. Para ficar mais claro, note que podemos subentender a palavra "motivo" após tal expressão:

*Eu não entendo, francamente, por que (**motivo**) a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico.*

A alternativa (C) está correta, pois a expressão "têm que pedir" é uma locução verbal modal, a qual transmite noção de necessidade. Uma prova para você perceber isso é trocando a preposição "que" pela preposição "de". Esta é a única situação em que a palavra "que" pode ser preposição. Compare:

...a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico...

...a prefeitura ou o governo têm de pedir autorização se esse é um procedimento médico...

A alternativa (D) está correta, pois a conjunção “se” pode ser substituída pela locução conjuntiva causal “já que”. Compare:

Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização se esse é um procedimento médico.

*Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização **já que** esse é um procedimento médico.*

A alternativa (E) é a errada, pois a locução verbal “têm que pedir” se encontra no plural tendo em vista o valor de inclusão (e não de exclusão) da conjunção “ou”, que une os núcleos do sujeito composto. Assim, tanto a prefeitura quanto o governo têm que pedir autorização.

Gabarito: E

10. Marque a alternativa que apresente a mesma regra de pontuação do segmento abaixo:

Na terça-feira, Doria deu um novo passo neste embate e pediu autorização à Justiça para internar os dependentes de drogas à força.

- (A) Pede autorização para o Ministério Público, isso já funciona assim e nunca teve problema dessa forma.
- (B) “Não precisa pegar lá de 2013”, disse Guerra, também à reportagem.
- (C) Eu não entendo, francamente, por que a prefeitura ou o governo têm que pedir autorização...
- (D) ... o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Emílio Migliano Neto, atendeu o pedido.
- (E) Com a decisão, os usuários de drogas poderão ser levados para um médico...

Comentário: A vírgula da frase do pedido da questão ocorre tendo em vista a antecipação do adjunto adverbial “Na terça-feira”. O mesmo ocorre na alternativa (E), em que houve a antecipação do adjunto adverbial “Com a decisão”.

Na alternativa (B), as vírgulas separam a expressão intercalada que identifica quem proferiu as palavras no discurso direto.

Na alternativa (C), as vírgulas ocorrem por haver adjunto adverbial intercalado.

Na alternativa (D), as vírgulas ocorrem por haver apostro explicativo.

Gabarito: E

11. Marque a alternativa, cuja reescrita do trecho abaixo mantém o sentido, a correção e a coerência.

Hoje, só o Ministério Público e a Justiça podem autorizar a internação compulsória, após avaliação médica.

- (A) Hoje só, o Ministério Público e a Justiça, podem autorizar a internação compulsória, após avaliação médica.
- (B) Só hoje o Ministério Público e a Justiça podem autorizar a internação compulsória após avaliação médica.
- (C) O Ministério Público e a Justiça só hoje podem autorizar a internação compulsória após avaliação médica.
- (D) Hoje, o Ministério Público e a Justiça podem autorizar só a internação compulsória após avaliação médica.
- (E) Hoje, após avaliação médica, a internação compulsória pode ser autorizada só pelo Ministério Público e a Justiça.

Comentário: A alternativa (A) está errada, porque a vírgula isolando “Hoje só” muda o sentido, além de não pode haver a vírgula entre o sujeito “o Ministério Público e a Justiça” e a locução verbal “podem autorizar”.

A alternativa (B) está errada, pois a expressão “Só hoje” muda o sentido.

A alternativa (C) está errada, pois a expressão “só hoje” muda o sentido.

A alternativa (D) está errada, pois a palavra denotativa “só” delimita outro termo. Ela não delimita “o Ministério Público e a Justiça”, mas sim “a internação compulsória após avaliação médica”, o que faz mudar o sentido.

A alternativa (E) é a correta, pois o advérbio “Hoje” continua modificando toda a informação; a palavra denotativa “só” mantém-se delimitando o termo “o Ministério Público e a Justiça” e houve apenas a transposição da voz ativa para a passiva analítica. Compare:

Hoje, só o Ministério Público e a Justiça **podem autorizar** a internação compulsória, após avaliação médica.

Hoje, após avaliação médica, a internação compulsória **pode ser autorizada** só pelo Ministério Público e a Justiça.

Gabarito: E

Texto 2



<http://blogdomarcelogurgel.blogspot.com.br>

12. Pode-se inferir da charge que:

- (A) a internação compulsória é marcadamente a melhor solução.
- (B) a internação compulsória é vista com otimismo pelo autor.
- (C) deve haver preocupação das autoridades em relação à pós-internação.
- (D) primeiro se deve tratar do drogadito, só depois se deve pensar em condições sociais.
- (E) a falta de emprego e moradia são as causas principais da drogadição.

Comentário: As expressões faciais do personagem, as palavras "antes" e "depois", bem como a expressão "Mas que droga" denotam que o tratamento não significa necessariamente a solução do problema, tendo em vista a necessidade de moradia, saúde e educação, dentre outras. Assim, a alternativa (C) é a correta, pois deve haver preocupação do governo quanto ao acompanhamento do cidadão para enfrentar esses problemas sociais e evitar que ele mergulhe novamente nas drogas.

Gabarito: C

13. Marque a alternativa que apresente uma palavra da charge de valor conotativo.

- (A) internação
- (B) depois
- (C) moradia
- (D) educação
- (E) droga

Comentário: A única palavra de sentido figurado, conotativo, é "droga", haja vista que ela não se refere a um remédio ou propriamente às drogas que causam dependência química, mas aos problemas sociais enfrentados, como falta de emprego, moradia, saúde e educação. Assim, tal palavra, figurativamente, é o mesmo que problema.

Gabarito: E

Texto 3

ONU critica estratégia de internação compulsória de Dória

Organização das Nações Unidas (ONU) criticou a estratégia proposta pela prefeitura de São Paulo de internação compulsória de usuários de drogas. Em nota conjunta divulgada nesta segunda-feira (29), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas Crime (UNODC) e a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) disseram estar preocupados com a possibilidade e afirmaram que a medida deve ser usada apenas em casos de extrema emergência.

O documento foi publicado depois que a Prefeitura pediu na Justiça o direito de internar usuários de crack sem o consentimento deles conforme avaliação médica. No entanto, no último domingo (28), o Tribunal de Justiça (TJ) derrubou a decisão que permitia a abordagem compulsória. No comunicado, os órgãos citaram estudos feitos por ambos escritórios nos últimos anos e relembrou a resolução de 2016 da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, aprovada por consenso pelos países-membros da ONU, que, entre outras diretrizes, considera "determinante que qualquer ação seja feita de forma voluntária e consentida por parte das pessoas que dela necessitam, de forma a prevenir a estigmatização e exclusão social".

O UNODC ainda acrescenta que a internação sem consentimento também já foi discutida em 2012 e deve ser considerada como "exceção", não como regra, em "casos de extrema emergência e como última estratégia" com a finalidade de proteger o sujeito ou terceiros.

Segundo a OMS, na 70ª Assembleia Mundial da Saúde, em 27 de março, foi discutida a necessidade de políticas públicas de saúde que abordem um conjunto de elementos baseados nos "princípios de equidade, justiça social e direitos humanos, priorizando as populações mais vulneráveis".

Os órgãos também citaram a Pesquisa Nacional sobre o Uso do Crack da Fiocruz, de 2014, que revelou que 77% dos usuários de crack no Brasil desejam voluntariamente se tratar, e as estratégias baseadas no acesso à saúde e outras necessidades, como trabalho, moradia e direitos sociais, têm tido eficácia na diminuição do uso das drogas e de seus efeitos.

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil> (Acesso em 30 de maio 2017)

14. Pode-se dizer que o autor apresenta o texto 3 de um ponto de vista:

- (A) objetivo, pois apresenta a informação sem se posicionar de maneira explícita no texto.
- (B) subjetivo, pois, em vários trechos, percebem-se julgamentos do autor de tom ofensivo.
- (C) intimista, pois o autor, em vários trechos, mostra explicitamente seu posicionamento de tom emocional forte.
- (D) objetivo, pois há apresentação de pensamentos em primeira pessoa do singular.
- (E) subjetivo, pois há apresentação de julgamentos do autor de tom pejorativo sobre o tema.

Gabarito: O ponto de vista em um texto dissertativo se dá de forma objetiva (racional, denotativa, impessoal) ou subjetiva (intimista, emocional).

Note que o autor não faz julgamentos no texto. Ele simplesmente apresenta informações e julgamentos de outrem sobre crítica da estratégia de internação compulsória de Dória. Assim, o texto tem um foco objetivo, racional, impessoal sobre o tema e a única alternativa que transmite essa ideia é a (A).

Gabarito: A

15. Os procedimentos argumentativos ou estratégias argumentativas são elementos discursivos utilizados no texto para transmitir confiabilidade, crédito na informação veiculada. Marque a alternativa que não se enquadra no conceito acima:

- (A) "Organização das Nações Unidas (ONU)".
- (B) "Escritório das Nações Unidas sobre Drogas Crime (UNODC)".
- (C) "Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)".
- (D) "70ª Assembleia Mundial da Saúde".
- (E) "internar usuários de crack sem o consentimento deles".

Comentário: O nome das entidades é usado para reforçar os argumentos, chamados de argumentos de autoridade. Isso confere ao texto certo crédito na informação. Já a expressão "internar usuários de crack sem o consentimento deles" é apenas uma afirmação no texto e ela não apresenta dados de confirmação. Assim, a alternativa (E) é a exceção.

Gabarito: E

16. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas do enunciado a seguir, observando a norma culta.

Boa parte dos órgãos _____ a pesquisas sobre drogaditos e uma delas _____ que 77% desse público _____ voluntariamente se tratar.

- (A) tem voltado-se ... revelaram ... deseja
- (B) têm se voltado ... revelou ... deseja
- (C) teem se voltado ... revelaram ... desejam
- (D) têm voltado-se ... revelou ... desejam
- (E) têm se voltado ... revelaram ... desejam

Comentário: O sujeito que apresenta uma expressão partitiva, como "Boa parte dos", permite que o verbo concorde com o núcleo sintático "parte" ou com o adjunto adnominal "dos órgãos". Além disso, devemos perceber que o plural do verbo "ter", no presente do indicativo, é "têm". Com isso, eliminamos as alternativas (A) e (C).

Ademais, devemos notar que não cabe pronome pessoal oblíquo átono após um particípio. Assim, eliminamos também a alternativa (D).

O sujeito "uma delas" tem como núcleo sintático o singular "uma", por isso o verbo deve se flexionar no singular e a alternativa correta é a (B).

A última lacuna pode ser preenchida com o verbo no plural ou singular, tendo em vista que o sujeito apresenta porcentagem. Assim, pode haver concordância com o numeral "77%" ou com o adjunto adnominal "desse público".

Gabarito: B

17. Marque a alternativa correta a respeito do emprego do pronome relativo:

- (A) O Tribunal de Justiça derrubou a decisão **de que** permitia a abordagem compulsória.
- (B) Há necessidade de políticas públicas de saúde **a que** abordem um conjunto de elementos baseados nos princípios de equidade.
- (C) A prefeitura de São Paulo, **cuja** administração atual se iniciou em 2017, vem atraindo atenção tendo em vista algumas posturas incisivas.
- (D) A operação **que** se referiu a ONU era até então legal, mas pouco convincente aos órgãos de defesa de direitos humanos.
- (E) As operações na cidade de São Paulo **que** assistimos nos noticiários tiveram repercussão em outros países.

Comentário: A alternativa (A) está errada, porque o pronome relativo "que" ocupa a função de sujeito, por isso não deve ser precedido de preposição. Veja a correção:

O Tribunal de Justiça derrubou a decisão que permitia a abordagem compulsória.

A alternativa (B) está errada também porque o pronome relativo “que” ocupa a função de sujeito, por isso não deve ser precedido de preposição. Veja a correção:

Há necessidade de políticas públicas de saúde que abordem um conjunto de elementos baseados nos princípios de equidade.

A alternativa (C) é a correta, pois o pronome relativo “cuja” tem valor de posse, o que ocorre entre os substantivos “administração” e “prefeitura”. Além disso, a expressão “**cuja** administração atual” é o sujeito, por isso não é precedida de preposição. Confira:

A prefeitura de São Paulo, cuja administração atual se iniciou em 2017, vem atraindo atenção tendo em vista algumas posturas incisivas.

A alternativa (D) está errada, pois o verbo pronominal “se referiu” rege a preposição “a”. Veja a correção:

A operação a que se referiu a ONU era até então legal, mas pouco convincente aos órgãos de defesa de direitos humanos.

A alternativa (E) está errada, pois o verbo *assistir*, no sentido de ver, é transitivo indireto e rege a preposição “a”. Veja a correção:

As operações na cidade de São Paulo a que assistimos nos noticiários tiveram repercussão em outros países.

Gabarito: C

18. Marque a alternativa que apresente vocábulos que possam substituir os grifados abaixo, mantendo a correção gramatical, a coesão e o sentido original no trecho.

O documento foi publicado depois que a Prefeitura pediu na Justiça o direito de internar usuários de crack sem o consentimento deles conforme avaliação médica. No entanto, no último domingo (28), o Tribunal de Justiça (TJ) derrubou a decisão que permitia a abordagem compulsória.

- | | | | | | |
|-----|-----------------|------------|---------------|---------------|--------|
| (A) | após a ... | pedir ... | segundo ... | Porém ... | a qual |
| (B) | após a ... | pedira ... | segundo ... | Mas ... | cuja |
| (C) | depois de a ... | pedir ... | consoante ... | Conquanto ... | onde |
| (D) | após a ... | pediu ... | como ... | Contudo ... | a qual |
| (E) | depois de a ... | pedir ... | mediante ... | Apesar de ... | que |

Comentário: No trecho original, note que a locução conjuntiva “depois que” inicia uma oração subordinada adverbial temporal desenvolvida, isto é, o verbo fica conjugado em modo e tempo verbal (pediu: pretérito perfeito do indicativo). Com a substituição por uma preposição ou locução prepositiva, tal

oração desenvolvida passa a reduzida, neste caso, de infinitivo. Assim, o verbo deve passar a **"pedir"**. Dessa forma, já eliminamos as alternativas (B) e (D).

A palavra "conforme" é uma conjunção conformativa. Porém, como há apenas um adjunto adverbial de conformidade, isto é, não há verbo, tal palavra é uma preposição acidental. O que importa é que ela pode ser substituída por "segundo" ou "consoante". Assim, eliminamos também a alternativa (E).

O conectivo "No entanto" é coordenativo adversativo, por isso pode ser substituído por "Porém", e não pela conjunção subordinativa adverbial concessiva "Conquanto". Assim, sabemos que a alternativa (A) é a correta.

Note que o pronome relativo "que" pode ser substituído por "a qual", tendo em vista que ele retoma "decisão".

Gabarito: A

19. Marque a alternativa correta quanto ao emprego correto do sinal indicativo de crase.

- (A) À qualquer pessoa causa repulsa fazer o que não quer.
- (B) À alguém causa repulsa fazer o que não quer.
- (C) À mim causa repulsa fazer o que não quer.
- (D) Às pessoas causa repulsa fazer o que não quer.
- (E) À ela causa repulsa fazer o que não quer.

Comentário: O substantivo "repulsa" rege a preposição "a" e o complemento nominal que tiver como núcleo um substantivo feminino precedido de artigo "a" ou "as" induzirá à crase.

Os pronomes indefinidos "qualquer", "alguém" e os pessoais "mim" e "ela" não admitem ser precedidos de artigo definido "a" ou "as". Assim, não pode haver crase.

Já o substantivo "pessoas" é precedido do artigo "as", por isso deve haver crase e a alternativa (D) é a correta.

Gabarito: D

20. Abaixo há uma frase que expressa livre afirmação a respeito do tema dos textos desta prova. Marque a alternativa em que há identificação correta das classes de palavras:

Bastante gente se pronunciou a respeito da internação compulsória. É que isso é um assunto muito delicado e nem sempre bem entendido, porque o que se quer é o bem de alguém, sem restrição de sua liberdade.

(anônimo)

- (A) pronome; advérbio; advérbio; advérbio.
- (B) advérbio; pronome; pronome; advérbio.
- (C) pronome; advérbio; advérbio; substantivo.
- (D) advérbio; pronome; advérbio; advérbio.
- (E) pronome; advérbio; pronome; substantivo.

Comentário: O vocábulo "bastante" é um pronome indefinido, porque ele se liga ao substantivo "gente"; o vocábulo "muito" é um advérbio, porque ele modifica o adjetivo "delicado"; a primeira ocorrência do vocábulo "bem" é um advérbio, porque ele modifica o adjetivo "entendido"; e a segunda ocorrência do vocábulo "bem" é substantivo, por ele ser precedido do artigo "o". Com isso, sabemos que a alternativa (C) é a correta.

Gabarito: C

21. Leia o trecho abaixo e marque a alternativa correta sobre a identificação do valor do "que"

O UNODC ainda acrescenta que a internação sem consentimento também já foi discutida em 2012 e deve ser considerada como "exceção", não como regra, em "casos de extrema emergência e como última estratégia" com a finalidade de proteger o sujeito ou terceiros.

- (A) conjunção integrante.
- (B) conjunção consecutiva.
- (C) pronome relativo.
- (D) palavra expletiva.
- (E) preposição.

Comentário: O verbo "acrescenta" é transitivo direto e a oração "que a internação sem consentimento também já foi discutida em 2012" é subordinada substantiva objetiva direta. Assim, a palavra "que" é a conjunção integrante e a alternativa (A) é a correta.

Gabarito: A

22. Marque a alternativa cuja regência esteja correta:

- (A) Os usuários de drogas desobedeceram o comando dos policiais.
- (B) A população se antipatizou com a conduta dos agentes públicos.
- (C) A polícia não perdoou nem quem estava no chuveiro e mandou sair.
- (D) A operação visou a uma retirada organizada, mas isso não ocorreu.
- (E) A população aspira uma justiça de verdade, e não esse marketing de limpeza.

Comentário: A alternativa (A) está errada, pois o verbo “desobedeceram” é transitivo indireto e rege a preposição “a”. Veja a correção:

*Os usuários de drogas desobedeceram **ao** comando dos policiais.*

A alternativa (B) está errada, pois o verbo “antipatizar” não admite o pronome átono “se”. Veja a correção:

A população antipatizou com a conduta dos agentes públicos.

A alternativa (C) está errada, pois o verbo “perdoar” é transitivo direto e indireto. O que se perdoa é o objeto direto e a quem se perdoa é o objeto indireto (perdoar algo a alguém). Porém, pode-se omitir um dos dois objetos, como ocorreu nesta frase. Como se omitiu a coisa perdoada e se inseriu quem é perdoado, deve haver objeto indireto. Veja a correção:

*A polícia não perdoou nem **a** quem estava no chuveiro e mandou sair.*

A alternativa (D) é a correta, pois o verbo “visou” encontra-se no sentido de almejar, ter por objetivo. Assim, é transitivo indireto e rege a preposição “a”. Confirme:

A operação visou a uma retirada organizada, mas isso não ocorreu.

A alternativa (E) está errada, pois o verbo “aspirar”, no sentido de desejar, ter por objetivo, é transitivo indireto e rege a preposição “a”. Veja a correção:

A população aspira a uma justiça de verdade, e não a esse marketing de limpeza.

Gabarito: D

Texto 4



<http://www.tribunadainternet.com.br>

23. Só não se pode inferir da charge o seguinte:

- (A) uma crítica às drogas ilícitas.
- (B) a ideia de que a maconha pode ser o desencadeamento de drogas mais fortes.
- (C) o crack é o último estágio de consumo de drogas.
- (D) uma gradação da potencialidade e da dependência das drogas.
- (E) a droga "oxi" é potencialmente mortal.

Comentário: A charge trabalha a gradação da potencialidade das drogas, em que supostamente a maconha é o estágio mais fraco e o "oxi" é o mais forte e potencialmente mortal. Nessa ideia de gradação, nota-se que o último estágio é praticamente a morte e se dá com o "oxi", e não com o "crack". Assim, é a alternativa (C) a que não se pode inferir dos dados do texto.

Gabarito: C

24. De acordo com a norma-padrão, o pronome destacado pode ser colocado também depois do verbo no trecho:

- (A) A cidade de São Paulo **nos** oferece diversão e preocupações.
- (B) O símbolo da justiça a que **nos** referimos é a liberdade.
- (C) Não **se** pode apenas tirar os drogados da rua.
- (D) Alguém **se** percebe drogado quando o vício é compulsivo.
- (E) Se **se** trata de restrição de liberdade, algo há de ser feito.

Comentário: O pronome oblíquo átono pode se posicionar antes ou depois do verbo, quando não há palavra atrativa (pronomes, palavras de valor negativo, conjunções subordinativas e advérbios), o que ocorreu com a alternativa (A). Assim, cabem as seguintes construções:

*A cidade de São Paulo **nos** oferece diversão e preocupações.*

*A cidade de São Paulo oferece-**nos** diversão e preocupações.*

As demais alternativas forçam a próclise, isto é, o pronome átono antes do verbo, haja vista as palavras atrativas "que", "Não", "Alguém" e "Se".

Gabarito: A



1. D	2. C	3. A	4. B	5. B	6. E	7. C	8. B	9. E	10. E
11. E	12. C	13. E	14. A	15. E	16. B	17. C	18. A	19. D	20. C
21. A	22. D	23. C	24. A						

Observação: todas as questões são inéditas e elaboradas pelo professor Décio Terror.